

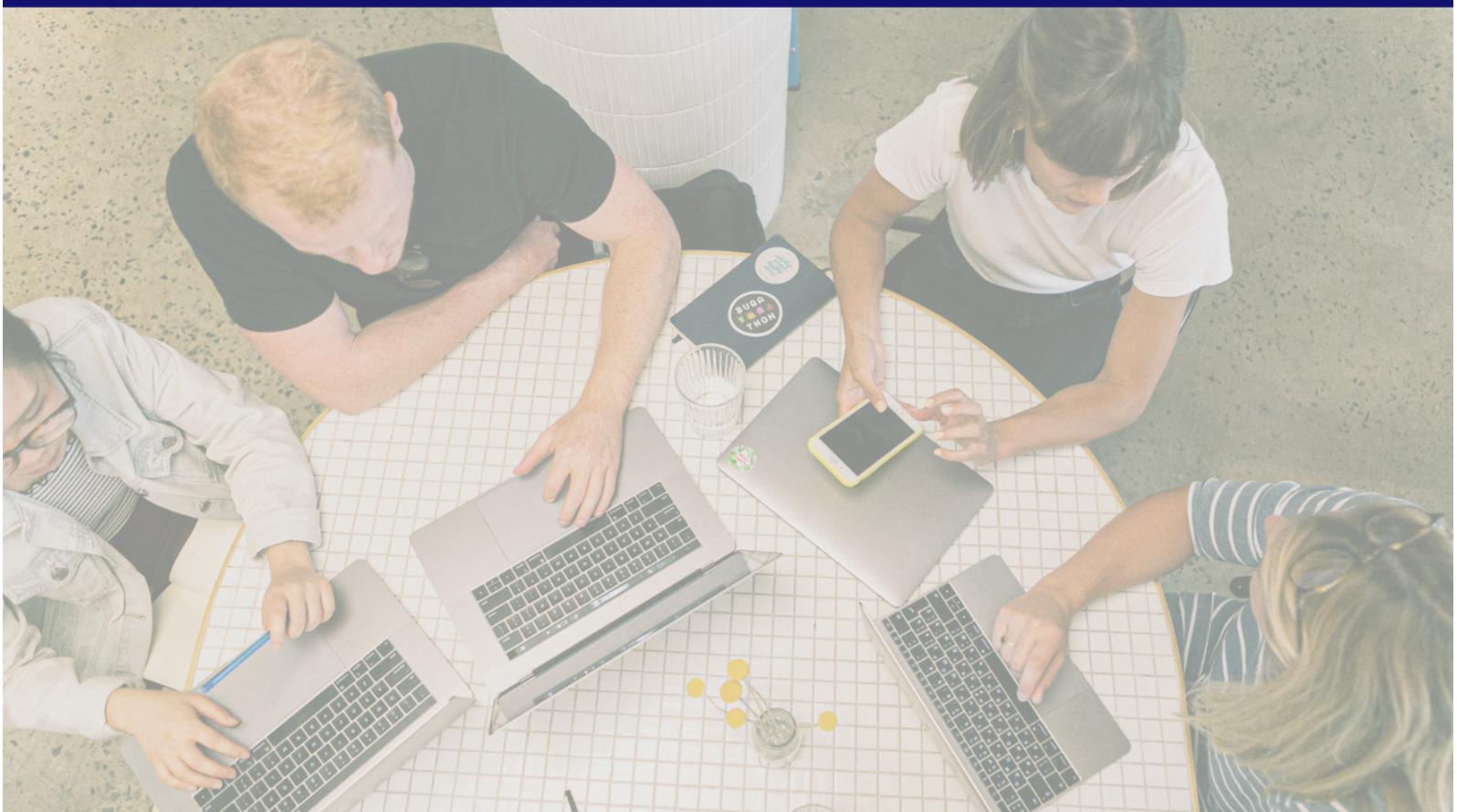


UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS



2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
ODAIR JOSÉ RASPANTE

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
ODAIR JOSÉ RASPANTE

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^ª. Mariângela M. Santos

Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^ª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

João Pedro Silva de Carvalho, RA: 21000904

Maria Fernanda Tonon Vallim, RA: 21000971

Maria Luisa Ribeiro da Cunha, RA: 21000498

Poliana Barbosa Dias, RA: 21000268

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3.1	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	6
3.1.1	CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	6
3.1.2	MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	8
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	10
3.2.1	TIPOS DE RISCOS	10
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	11
3.2.3	PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCO	13
3.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	14
3.3.1	DASHBOARD	15
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	16
3.4	CONTABILIDADE PÚBLICA	17
3.4.1	CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	17
3.4.2	MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	19
3.4.3	REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	20
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	23
3.5.1	LIDERANDO NA ATUALIDADE	23
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	25
4	CONCLUSÃO	26
	REFERÊNCIAS	28
	ANEXOS	30

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Consultoria Empresarial tem como objetivo analisar os riscos e oportunidades de uma empresa do setor do agronegócio baseado nos conhecimentos adquiridos durante as aulas e buscando então auxiliar com soluções.

No projeto sobre “Riscos e Oportunidades no Agronegócio” serão desenvolvidas análises das atividades da empresa e suas particularidades, levantando informações sobre o mercado financeiro e investimentos para assim identificar os principais riscos.

Espera-se que ao final do desenvolvimento deste projeto, os estudantes tenham elevado seu grau de conhecimento sobre os conteúdos abordados neste módulo, sendo que estes podem ser abrangidos pelas esferas de cada unidade de estudo percorrida no período, denominadas: Contabilidade Pública, Gestão de Investimentos e Riscos, Tecnologia da Informação e Business Intelligence e Tópicos Especiais em Ciências Contábeis.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa Odair José Raspante e outros, constituída sob o CNPJ 21.221.396/0001-77 registrada no endereço Sítio Campestrinho, bairro Campestrinho, na cidade de Divinolândia, São Paulo, exerce como principal atividade o cultivo de batata inglesa, além de já ter trabalhado no cultivo de cebola, horticulturas e cultivo de plantas de lavouras temporárias.

O produtor rural Odair José Raspante está no comando de sua produção, sendo responsável por administrar seus recursos e tomar as decisões exigíveis ao exercício da atividade agrícola em suas lavouras.

Iniciou nesse meio devido à seu pai, que também cultivou batatas por vários anos incluindo também seus filhos desde de jovens e os incentivando a continuar plantando quando adultos, desta forma Odair adquiriu experiência no agronegócio e passou a observar pontos de discordância da forma que seu pai trabalhava e quando teve oportunidade passou a trabalhar por si só. Porém, só veio a abrir seu CNPJ há 5 anos, visto que percebeu a necessidade do mesmo para a seriedade e segurança de realizar as compras e vendas sob notas fiscais.

O empresário preza por valores como: a qualidade dos produtos que entrega a seus clientes, por honrar com suas obrigações com os diaristas que realizam a colheita dos produtos agrícolas e também com seus fornecedores.

As terras utilizadas para o cultivo são arrendadas e geralmente há o cultivo de uma cultura por vez dependendo da época do ano, visto que nas últimas lavouras ele vem cultivando apenas a batata inglesa e trabalha também com sementes importadas, que garantem mais qualidade e reduzem o risco de perdas na lavoura.

A área cultivada corresponde a 5 hectares que rendem 600 sacas. O período de plantio ocorre geralmente em fevereiro e agosto, e as colheitas em junho e dezembro. O proprietário alega estar desmotivado pelos altos custos e retorno muito baixo, sendo que pudemos entender que o mercado encontra-se um pouco saturado pois a empresa atua na esfera municipal onde grande parte dos produtores compram as sementes dos mesmo fornecedores, plantam em períodos muito semelhantes - senão iguais - e os produtos são vendidos aos mesmo clientes.

Os pagamentos das obrigações relativas à atividade da empresa e também os recebimentos ocorrem geralmente ao final da safra, onde o proprietário recebe o valor previamente fixado a valor justo mas sem contratos e quitar as obrigações com juros, além de distribuir a porcentagem para o seu filho que o ajuda na lavoura.

O proprietário tem planos de seguir neste setor alegando que ao decorrer da vida foi o que ele melhor aprendeu e é o que sabe fazer, onde abre-se espaço para projetos e metas futuras de longo prazo.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Neste tópico, denominado tópicos especiais em ciências contábeis abordaremos sobre a importância da contabilidade no agronegócio.

A contabilidade se faz importante neste meio por gerar informações claras e objetivas auxiliando a desenvoltura das atividades de grande porte ou até mesmo pequenas propriedades, se tornando complexa ao olhar ativos, passivos, custos e receitas, devido às suas particularidades.

Todavia, além das questões tributárias, a oferta dos produtos varia em função do clima fazendo com que tudo mude de uma estação para outra. Sendo assim, a contabilidade no agronegócio tem por sua proeminência agregar que os empresários rurais se adequem ao complexo sistema tributário brasileiro, de modo que preservem a constância e saúde financeira tendo por objetivo direcionar e planejar as operações agrícolas e pecuárias, onde permitirá medir a performance financeira de cada atividade realizada na fazenda.

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A Contabilidade no Agronegócio refere-se a um método de organização que envolve as contas e obrigações fiscais de empresas que são enquadradas no regime normal, como produtores rurais e agricultores. Tendo a mesma finalidade das demais contabilidade, diferindo apenas sobre bens e obrigações a recolher do agronegócio.

O agronegócio é conhecido por ser o maior setor econômico brasileiro, representado por grandes empresas de todo o Brasil e tornando o país um dos maiores produtores de alimentos do mundo, visto que promove o sustento de muitas famílias.

Analisando o CPC 29, o qual é a declaração contábil de produtos agrícolas e ativos biológicos, excluindo-se as plantas portadoras, os ativos biológicos são constituídos por 3 casos, os consumíveis que podem ser vendidos ou colhidos, e também quando estiverem como maduros, prontos para serem vendidos, e por último como imaturos, que são os utilizados na produção, que deve ser contabilizado pelo seu valor justo, que seria sobre o valor que receberia por uma venda ou por uma transferência que seria realizada entre participantes não forçados no mercado.

Com isso deve ser exercido no seu período de crescimento, degeneração, produção e procriação, podemos usar como exemplo de CPC 29, carneiro, plantações de algodão, cultivos de árvores frutíferas, gado de leite, entre muitos outros.

“O Agronegócio brasileiro tem grande importância na balança comercial, participando com mais de 40% da pauta de exportação e sendo altamente superavitário, de modo a contribuir sensivelmente para evitar os déficits comerciais do Brasil. Outros indicadores relevantes para o agronegócio no Brasil referem-se à geração de empregos, ao custo para cada emprego gerado e à absorção dos gastos familiares” (ARAÚJO, 2003, p.28).

A empresa a qual estamos analisando trabalha com a manufatura de batata inglesa, que se enquadra desde a produção até a colheita, com isso, analisamos o modo de produção e como é desenvolvido esse alimento que está presente no dia a dia de tantas pessoas. Em suma, é usando ferramentas de boa qualidade para estar facilitando o serviço. O empresário conta também com um trator “Ford” no valor R\$27.000,00 adquirido no ano 2020 e um trator “New Holland” no valor R\$95.000,00, que é um modelo mais novo e com um progresso melhor. Além desses bens foi constatado outros do ativo imobilizado, como:

- Guincho Agrícola, avaliado no valor de R\$14.000,00.
- Conjunto de irrigação valendo 22.000,00.
- Barras de encanamento que foram compradas no valor de R\$15.000,00 e foi tomando valor até 2022, que foi avaliado em 35.000,00.
- Canos de irrigação que foram avaliados em 50.000,00.
- Plantadeira com seu valor de R\$15.000,00.
- Arado e Grade valendo R\$5.000,00.
- Adubadeira R\$4.000,00.
- Motores de irrigação avaliados em R\$135.000,00.
- Roçadeira valendo R\$18.745,00.

No ano de 2020 os bens finais foram fechados na contabilidade no valor R\$252.000,00, depois em 2021 R\$332.000,00, e em seguida 2022 em R\$425.745,00. Vale lembrar que o último balanço que foi feito até o momento é referente ao ano de 2022 e os bens que forem adquiridos e vendidos no ano de 2023 serão lançados na contabilidade até o dia 31-12-2023.

Contudo, analisando suas despesas e receitas lançadas em 2022, pode-se dizer que teve um bom faturamento fechado. Suas despesas foram encontradas em R\$130.665,40, e sua receita no valor R\$156.754,28. Por conseguinte, pode-se dizer então que não foi fechado negativado uma vez que isto facilita na hora de solicitar um crédito em banco em virtude de que baseiam-se no balanço e faturamento da empresa. Uma vez que se estiver negativo as chances são baixíssimas, agora estando com seus valores positivos a chance de ser aprovado é ainda maior.

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

O Agronegócio é uma das maiores linhas do mercado financeiro pois são responsáveis por mais de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do PIB nacional, sendo encarregados pela produção dos itens essenciais nas nossas vidas, como: alimentos, derivados, entre outros. Entretanto, mesmo sendo representado pela maioria da população e tendo tal importância ao ser essencial no dia a dia de todos os brasileiros ele vem se tornando muito desvalorizado pela mesma população que se beneficia desses alimentos.

Contudo, mesmo não tendo esse retorno da população, o agronegócio é muito valorizado pelas linhas de crédito disponíveis para produtores rurais por estarem no pilar da pirâmide fundamental da economia pois precisam de grandes fontes que tragam recursos de crédito.

O financiamento é essencial para o crescimento das agroindústrias há longo prazo, nos últimos tempos teve um grande aumento nas áreas de cultivos e produção de grãos. Vale lembrar que esse crescimento só foi possível pois os produtores rurais investiram em suplementos, equipamentos e máquinas que traziam mais benefícios e que ajudaram a desenvolver uma produção mais hábil e de um modo mais renovável.

Podendo ter essa ferramenta de crédito para usufruir do mercado financeiro, não deixa dúvidas que é a forma mais eficiente de alavancar recursos privados de alocação. Mesmo tendo esse grande movimento e privilégio destinados a agricultores, em contrapartida ocasiona alguns casos comprovados que compartilharam que estão tendo dificuldades com o financiamento rural, o qual está acontecendo por conta do histórico passado em que os financiamentos do agronegócio muitas vezes deixaram de serem pagos ou sempre estavam atrasados. Com tudo isso, os investidores ficam com um pouco de receio ao entrarem nessa área e participarem de negócios que podem perder muito investimentos. Em conclusão, a seguir estão listados alguns direitos de créditos que existem para o setor rural:

- Os CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) são títulos de crédito, assim como as commodities agrícolas. Normalmente são comprados por investidores que recebem em troca uma rentabilidade. Esse método pode ser usado pelos produtores rurais para realizar suas compras de insumos e aquisições que ajudaram no desempenho do trabalho.
- Os FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) e os fundos de investimentos imobiliários, os FIIS, já essas opções são usados para investir em duplicatas, cheques e contratos de aluguel. Por exemplo, o FIDCs pode ser usado na compra de insumos agrícolas, já o FIIS pode ser usado para investir em propriedades rurais.

Algumas das opções de crédito disponíveis:

- Tendo o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que é um benefício financeiro destinado a produtores rurais e suas famílias que trabalham diretamente com a produção agrícola.
- O Inovagro (Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuárias Sustentáveis) é destinado a produtores rurais que estão procurando novos investimentos para renovar seus métodos utilizados na produção, em busca de novas máquinas com mais atualizações, implementos melhores, oportunidades de analisar seu produto com mais facilidade e eficiência.

Vale lembrar que todos esses investimentos fazem parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pode haver risco assim como qualquer outro investimento.

Para empresas que possuem entradas periódicas de caixa (colheita n) e saídas praticamente constantes de recursos no período do próximo plantio (desembolsos $n + 1$), o fluxo regular de recebimentos (colheita) pode ser transformado em diversos subfluxos ou lotes, e aplicados no mercado financeiro, de forma que, com o tempo, no desenvolver dos desembolsos, os lotes aplicados vão sendo resgatados para suportar a operação do agronegócio. (BREALEY; MYERS, 1992)

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

Segundo a Modal Mais(2022), os investimentos são gastos ou aplicações no qual um investidor enxerga -através de análises financeiras e também do seu conhecimento mercadológico- uma possibilidade de um retorno financeiro futuro, visto que, esse dinheiro é ‘emprestado’ para o setor público ou privado e o investidor recebe um montante.

Investir é uma tarefa que qualquer pessoa é capaz de realizar, porém para que se tenha êxito com seus investimentos é necessário ter instrução e conhecer os movimentos econômicos, deve saber qual é o seu perfil de investidor e também deve haver um objetivo e um prazo pelo qual se deseje resgatar o montante(Modal Mais, 2022).

Para essa unidade de estudo será elaborado um projeto de investimento para a empresa trabalhada, sendo que partindo do objetivo do empresário, serão realizadas análises do Fluxo de Caixa Projetado de um projeto de investimento utilizando o Valor Presente Líquido, Taxa Interna de Retorno e o Payback Simples.

Finalizados os cálculos e a elaborada a Matriz de Risco do negócio, será realizada um parecer sobre este projeto de investimento e se ele será viável, tendo em vista também qual retorno ele trará para o negócio.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

O termo Risco é definido pelo site Templum(2022) como: “Probabilidade de insucesso de determinado empreendimento, em função de um acontecimento eventual, incerto, cuja ocorrência não depende exclusivamente da vontade dos interessados”, sendo assim ele está intrinsecamente conectado ao investimento, visto que o investimento apresenta o risco de perda financeira, onde: quanto maior o risco, maior a possibilidade de que haja um retorno ou perda financeira maiores, e quanto menor o risco, menor será a possibilidade de perdas ou ganhos significativos.

Podemos dizer que se relacionando ao envolvimento do risco as empresas, temos duas classificações:

Risco Sistemático- ele é considerado um risco geral, pois consegue afetar todo o mercado, ou seja, todas as empresas e investimentos em maior ou menor grau;

Risco Não Sistemático- é aquele que se confere a especificidade, já que irá afetar empresas inseridas em um determinado setor;

Essas classificações podem ainda se subdividem em:

Risco Financeiro- são atrelados a possíveis perdas financeiras. Segundo Lima(2023) se subdivide em:

Risco de Mercado: “É o risco decorrente das variações dos preços dos ativos e passivos de uma organização. Esse risco está associado às flutuações de taxas de juros, câmbio, commodities, preços de ações, opções, derivativos e outras variáveis que podem afetar tanto os ativos quanto os passivos de qualquer investidor.”

Risco de Crédito: “É o risco decorrente das variações dos preços dos ativos e passivos de uma organização. Esse risco está associado às flutuações de taxas de juros, câmbio, commodities, preços de ações, opções, derivativos e outras variáveis que podem afetar tanto os ativos quanto os passivos de qualquer investidor”.

Risco de Liquidez- “É o risco de não se conseguir transacionar determinado ativo no mercado. Esse risco pode ocorrer pela própria liquidez do ativo quando não se consegue efetuar negócios aos preços praticados por diversas razões, dependendo do ativo.”

Risco Operacional- “É o risco causado por erros humanos, intencionais ou não, tecnológicos, ou efeitos ambientais, como terremotos, causas naturais etc.”

Risco Legal- “É o risco presente quando uma operação não pode ser amparada pela legislação vigente. Tais riscos aparecem quando, por exemplo, contratos são mal elaborados e deixam brechas jurídicas para serem contestados.”

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco é uma ferramenta utilizada para compilar e comparar dados. Sua metodologia é composta pela relação entre linhas e colunas que apresentam caracterização da probabilidade e do impacto (neste caso, financeiro).

Segundo o Tribunal de Contas da União(2017):

“A probabilidade é a chance de o evento ocorrer dentro do prazo previsto para se alcançar o objetivo/resultado. Por exemplo, se o objeto da gestão de riscos é um projeto, estima-se a probabilidade da ocorrência do risco durante o prazo previsto para entrega do seu produto final.”

Já o impacto se caracteriza pelo dimensionamento que determinada ação acarretará, neste caso o impacto financeiro nos dirá quais serão as consequências (ganho ou perda) a partir das possibilidades

Após a elaboração desta matriz será possível listar os riscos pertinentes à empresa, setor ou investimento, para sua análise, entendimento e posterior elaboração das estratégias que darão suporte a uma tomada de decisão mais certa e que permita gerenciar e antecipar as perdas ocasionadas por estes riscos.

Ficou definido que o projeto de investimento será a aquisição de um lote de terras de 2 Hectares destinados ao aumento da capacidade produtiva, tendo por objetivo maior lucratividade, aumento de área cultivável e o processo de transição para o plantio em terras próprias.

Tabela 1 - Fluxo de Caixa Projetado

Ano/Período	2023 (0)	2024 (1)	2025 (2)	2026 (3)	2027 (4)	2028 (5)
Fluxo de Caixa	R\$ (100.000,00)	R\$ 30.000,00	R\$ 31.500,00	R\$ 33.075,00	R\$ 34.728,75	R\$ 36.465,19
VPL	R\$ (100.000,00)	R\$ 26.607,54	R\$ 27.937,92	R\$ 29.334,81	R\$ 30.801,55	R\$ 32.341,63
TIR	13,87					
Payback Simples	3,02					

Fonte: Autoria própria.

O investimento é de R\$100.000,00, que segundo nossas pesquisas é o valor pelo qual se vendem esses lotes no município, sendo que este projeto escolhido devido a vontade do empresário de seguir no ramo por no mínimo mais dez anos e pela análise feita sobre o fluxo de caixa da empresa, que corrigido à valor presente líquido apresentou a taxa interna de retorno de 13,87 viabilizando o investimento por superar a taxa de correção Selic de 12,75.

Partindo do fluxo, foi projetado um aumento de receitas e despesas de 5% ao ano justificado pelo histórico das safras anteriores e pela perspectiva com o investimento, e permitindo que o mesmo seja pago com recursos próprios sem a necessidade de financiamento de terceiros.

Sendo o risco algo inerente aos negócios (e investimentos), foi feita a identificação dos riscos operacionais e financeiros para o roteiro traçado à rotina da empresa e ao projeto. Apresentados abaixo:

Tabela 2: Matriz de Risco Operacional/Financeiro

Probabilidade/Impacto	Sem impacto	Leve	Médio	Grave	Catástrofe
Quase certo				K	I
Alto			H	A	J
Médio			L	B, C	F, G
Baixo			E	D	
Raro					

Fonte: Autoria própria.

A- Clima e precipitação: chuvas que destruam a lavoura, escassez hídrica que dificulte ou não permita a irrigação, funcionários trabalharem sob o sol muito forte

B- Pragas: destruição da lavoura por insetos

Solo: a plantação de uma mesma cultura por muito tempo que empobreça os minerais do solo

C- Agrotóxico: a utilização de agrotóxicos que contaminam a água ou então intoxique os funcionários

D- Segurança: funcionários trabalharem em condições ergonômicas inadequadas, sem equipamentos de segurança

E- Fertilizantes: utilização de fertilizantes de menor preço e menor qualidade que venha a impactar a lavoura

- F- Qualificação de mão de obra: a falta de qualificação aumenta o risco de acidentes, visto que os implementos agrícolas passam muito próximo aos funcionários.
- G- Irregularidade trabalhista: permitir que menores de idade trabalhem na lavoura, falta qualificação e experiência
- H- Transporte: os funcionários são transportados pelo turmeiro em ônibus irregular
- I- Fluxo de Caixa: realizando o pagamento do investimento com recursos próprios, corre-se o risco de que a empresa perca liquidez e acabe comprometendo a operação
- J- Obrigações: foi identificado que os pagamentos são feitos ao final da safra, visto que se o resultado do exercício forem prejuízos se acumulando, há a possibilidade de endividamento além do pagamento de juros mais altos
- K- Contas PJ e PF: as contas não são separadas, visto que o Fluxo de Caixa foi produzido a partir de dados aproximados e próximos ao real, inviabilizando uma análise certa e comprometendo a visão do empresário sobre as finanças
- L- Competitividade: os produtores locais compram as sementes, plantam e colhem ao mesmo tempo e realizam a venda para um mesmo cliente, essa ação traz maior possibilidade de saturar o mercado e diminuir o preço da produção

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCO

Em conversa com o empresário, identificamos que ele deseja continuar no ramo do agro por no mínimo mais 10 anos, visto que trabalha a vida toda com lavouras de batata e apesar dos elevados custos ainda vê oportunidades de crescimento.

Pensando nisso, sugerimos dois projetos: a compra de um lote de terras para o cultivo (como solução para o arrendamento da terra) e a compra desse mesmo lote para que a terra fosse preparada e no futuro fossem plantadas batatas orgânicas (reduzindo os custos com agrotóxicos e fertilizantes químicos, além da sustentabilidade).

O empresário não demonstrou interesse pelo segundo projeto, alegando que não possui conhecimento aprofundado a respeito desse novo negócio e não gostaria de se arriscar no momento, sendo assim nos dedicamos apenas na análise do primeiro.

Em nossa análise, consideramos um custo inicial de R\$100.000,00 por 2 hectares de terra destinados à expansão da capacidade produtiva e migração do plantio para terras próprias, que será financiado com recursos próprios sem a necessidade de aportes de terceiros.

A partir do histórico de safras anteriores e do contexto econômico do município onde o produto é comercializado, adotamos uma taxa de crescimento de receitas e despesas de 5% ao ano, utilizada para a projeção do fluxo de caixa pelos próximos 5 anos posteriores ao investimento. Essa projeção foi descontada com a utilização da taxa Selic de 12,75% resultando no Valor Presente Líquido, ou seja, considerando a desvalorização do dinheiro ao decorrer dos anos.

Com o VPL pudemos realizar os cálculos da Taxa Interna de Retorno que mede os retornos obtidos sobre o investimento, visto que para que esse investimento seja considerado possível, o percentual obtido da TIR deve superar a Taxa de Desconto. Neste caso, obtivemos um percentual de 13,87% que supera a Taxa de Desconto em 1,12%, viabilizando o investimento justamente por transpor a desvalorização do valor investido.

E como último indicador, utilizamos o Payback Simples que é ideal para investimentos com um prazo mais curto. Para o seu cálculo recorre-se ao valor inicial do investimento dividido pelo fluxo de caixa médio e quanto menor a taxa obtida mais atrativo o investimento se tornar por se relacionar com o tempo de retorno do investimento, após o cálculo encontramos um percentual de 3,02 significando que teremos o retorno do valor inicial num prazo de 3 anos.

Analisando os elementos supracitados, chegamos à conclusão que o cenário é favorável à decisão de aprovar o investimento pois os indicadores se encontram dentro das medidas esperadas, onde não oferecerá prejuízos ao empresário, e que em conjunto com a estruturação da contabilidade, em um futuro próximo permitirá que sua empresa tenha mais liquidez e esteja em processo da redução dos riscos identificados na matriz.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

A tecnologia tem avançado cada vez mais nos últimos anos, trazendo melhorias para diversas áreas da vida, assim como para as empresas não é diferente. A inovação tecnológica não está presente somente no desenvolvimento das máquinas de produção dentro das indústrias, mas também faz parte da tomada de decisões. Como o Business Intelligence (BI), que traduzido do inglês significa Inteligência Empresarial ou Inteligência de Negócios, nada mais é do que um processo que auxilia a nortear os gestores e administradores na tomada de decisões baseadas nos dados da própria empresa.

De acordo com o blog Ponto Tel em uma matéria publicada em 20 de maio de 2023, existem diversos processos dentro da estratégia de Inteligência Empresarial, que baseiam-se em principais pontos que são: coletar os dados, analisar e transformá-los em informações importantes para a tomada de decisões dentro de uma empresa. Contudo, para ser realizado com eficácia é necessário que os profissionais responsáveis realizem a coleta de dados relevantes para a análise, além da utilização de softwares que contribuem para esse processo dentro das organizações. Podemos citar como exemplo de software o Power BI, que além de permitir a análise de dados que são inseridos no programa, facilita a integração desses dados em um único ambiente para análise. Permite também a criação de elementos visuais como gráficos, tabelas, mapas que auxiliam na visualização das informações e assim na tomada de decisões.

Os autores Ramesh Sharda, Dursun Delen, Efraim Turban, assim determinam o Power BI em Business Intelligence e Análise de Dados para Gestão do Negócio (2019, p. 15):

O principal objetivo do BI é possibilitar acesso interativo (às vezes em tempo real) a dados, permitir a manipulação de dados e oferecer a gestores empresariais e analistas a capacidade de conduzir análises apropriadas. Ao analisarem dados, situações e desempenhos históricos e atuais, os tomadores de decisões obtêm vislumbres valiosos que lhes permitem tomar decisões mais embasadas e melhores.

3.3.1 DASHBOARD

Como afirma Márcia Vilma em Gestão à vista (2001, p. 17),

Também conhecido como “painel de gestão à vista”, o dashboard traz uma interface gráfica que possibilita que seus usuários vejam os indicadores de desempenho e métricas importantes para as tomadas de decisões que levam a empresa a conquistar os seus objetivos.

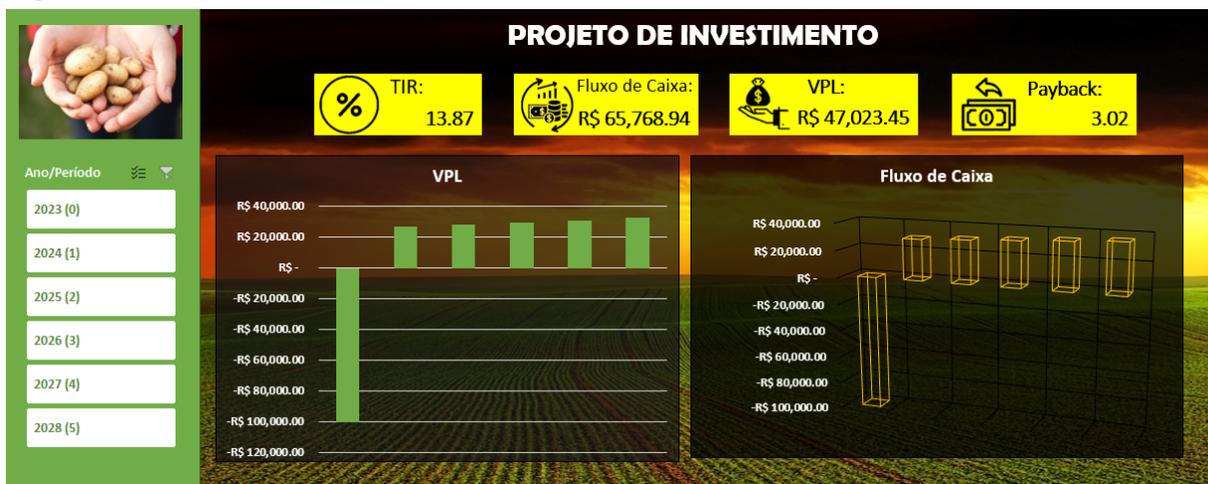
As empresas enfrentam diversos desafios e incertezas na hora da tomada de decisão, em quais investimentos é viável investir, quais gastos devem ser cortados, qual produto favorece melhor o seu público dentre muitos outros, e ao analisar os valores dessas situações, evidentemente, pode acontecer de se perder no meio de tantos números. Como melhoria a atualidade traz para os administradores e sócios diversos sistemas e programas que transmitem de maneira visual e objetiva os dados presentes na empresa representados em gráficos e tabelas, facilitando assim a compreensão das informações na tomada de decisão.

Atualmente existem softwares específicos para a construção de um dashboard, algumas versões simples e gratuitas assim como programas específicos e complexos. Do mesmo modo que também é possível utilizar um programa rotineiro como o Microsoft Excel para a elaboração do painel. O grande diferencial do Dashboard além de oferecer respostas rápidas e objetivas, é a possibilidade de construir diversos cenários para a empresa em diferentes setores, como por exemplo no setor financeiro, como no de investimento, no de vendas, de marketing; basta converter as informações em números, tanto como valores e inserir na plataforma escolhida.

O Dashboard também pode ser utilizado para controlar e acompanhar as metas estipuladas pelas equipes, trazendo melhorias para o desempenho geral de uma empresa, tanto como é utilizado para redução de riscos financeiros.

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

Figura 1 - Dashboard



Fonte: Figura do autor.

Aplicando os conhecimentos adquiridos nesse semestre, foi realizado um levantamento de todos os dados da empresa Odair José Raspante e outros, obtendo-se assim o fluxo de caixa que foi utilizado como base de dados para a criação de um Dashboard do investimento sugerido ao Senhor Odair. Essa base de dados foi inserida na plataforma Microsoft Excel, na qual, ao selecionar, pôde ser incluída uma tabela dinâmica em uma nova página. Então, a partir desta cria-se de todo o painel, separamos os valores referente a Valor Presente Líquido (VPL) dos valores de Fluxo de Caixa para que assim pudéssemos gerar os gráficos, originou-se também a segmentação de dados, as fórmulas, além das imagens e cores para uma melhor visualização e compreensão do investimento por parte do sócio.

Ao analisarmos o painel elaborado, pode-se visualizar que no ano de 2023 é inserido o investimento, portanto representa no fluxo de caixa e valor presente líquido o valor igual a cem mil reais, significando o consumo de caixa.

Em 2024, o primeiro ano após o investimento, já é possível visualizar o retorno do valor investido, sendo R\$30.000,00 de Fluxo de Caixa e R\$26.607,54 de Valor Presente Líquido. Ao longo dos anos projetados se obtém um crescimento gradual desses valores, podemos inferir a respeito dos gráficos que essa ótica positiva justifica a decisão de se realizar esse investimento.

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

Neste tópico, contabilidade pública, voltada para os atos e fatos administrativos da esfera pública, o qual irá informar os apuramentos alcançados sobre aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mudanças, permitindo a inclusão dos planos em escala e interligados.

A Contabilidade Pública é importante para o planejamento e controle da administração governamental, bem como para o cálculo do produto interno bruto (PIB) que tem como objetivo acompanhar a economia de um país. Diferenciando-se da contabilidade privada, a qual é responsável por gerenciar as contas e orçamento de empresas privadas.

Visando isto, a contabilidade pública é composta pelo sistema orçamentário (receita e despesa), sistema financeiro (recolhimento das receitas), sistema de controle (execução do orçamento) e sistema patrimonial (contas de caráter financeiro/não financeiro e resultado econômico).

O sistema orçamentário possui contas que evidenciam as receitas e as despesas orçamentárias, com níveis pertinentes de análise, equiparando o orçamento inicial e suas mutações com a execução, com isso explanando o resultado orçamentário. A diferença entre a contabilidade pública e a contabilidade geral está relativa ao trato das receitas e despesas, visto que a gestão pública trata no aspecto orçamentário.

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. O seu objetivo é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. (VALADARES; LEMOS, 2021, p.16)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 prevê os princípios da administração, o adentrar do servidor público no trabalho, a obrigatoriedade da realização de licitações, entre outros. Tem por objetivo analisar cada princípio constitucional da Administração Pública, sendo eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Segundo a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.". Findando isto, o cumprimento destes princípios assegurará uma boa gestão pública, vendo os anseios da população provisionando meios de crescimento e qualidade de vida.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, no Capítulo II da Receita, Art.11: "A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.". Diante disso, as receitas provenientes de tributos, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e diversas são denominadas receitas correntes. E as receitas de capital são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos.

Em conformidade com o capítulo III da Despesa Art.12 e Art. 13, podemos compreender que a despesa orçamentária é dividida entre corrente e de capital. Com isso, entendemos que despesas correntes não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, se especificando em despesas de custeio e transferências correntes. Em contrapartida, as despesas de capital são as que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, se especificando em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 maio 2020) aborda sobre a Previsão e da Arrecadação da Receita no capítulo III, seção I designando sobre importantes diretrizes para assegurar a responsabilidade na previsão e arrecadação da receita pública, visando caucionar a estabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas. Sendo assim, isto é indispensável para providenciar a transparência, o planejamento condizente e a sustentabilidade das finanças públicas nos diversos níveis de governo no Brasil.

Ainda sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, no capítulo IV, seção I, da geração das despesas e subseção tem por intuito estabelecer as diretrizes para garantir a responsabilidade na geração das despesas públicas, com base na renúncia de receita tributária, controle das despesas com pessoal, e a necessidade de evitar comprometimento excessivo das finanças públicas, especialmente nos últimos oito meses do mandato do chefe do Poder Executivo.

A Lei Complementar, nº 101, de 4 de maio de 2000, afirma nos seus respectivos artigos:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000)

Por fim, ao analisarmos os artigos 15, 16 e 17 da LRF foi observado que no artigo 15 limita as despesas especificadas nos artigos 16 e 17. O artigo 16 designa os limites de gastos com dívida, tem por objetivo a sustentabilidade fiscal. E por fim o artigo 17 fala da despesa de caráter continuado executada de dois anos acima.

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 165 aborda as três marcas que definem e compõem o modelo orçamentário da administração pública: Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

O Plano Plurianual (PPA) é o documento o qual irá definir estratégias, diretrizes e metas da administração pública para o período de quatro anos. Ele orienta a elaboração da LDO e da LOA.

Segundo a Lei Complementar 101/00 (LRF) e Artigo 165 da Constituição ambos estabelecem a obrigatoriedade da elaboração do PPA como etapa fundamental do processo orçamentário. A LRF estabelece que o PPA deve conter metas fiscais a serem alcançadas no período.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é a lei que define o que é mais importante e como o governo deve montar e aplicar o orçamento, orienta a elaboração da LOA e estabelece limites para despesas.

A LRF estabelece que a LDO deve conter metas anuais, incluindo metas fiscais, e limites para as despesas com pessoal e custeio administrativo. Em contrapartida, o artigo 165 da Constituição exige que a LDO seja aprovada até o final do exercício financeiro anterior ao da vigência da LOA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a lei que estabelece as despesas e receitas para o exercício financeiro do ano seguinte, com base nas diretrizes estabelecidas na LDO.

De acordo com a LRF, impõe-se regras estritas para a elaboração da LOA, incluindo o equilíbrio entre receitas e despesas e a observância das metas fiscais estabelecidas no PPA e na LDO. Portanto, no artigo 165 da Constituição estabelece o processo de elaboração, discussão e aprovação da LOA, com participação do Legislativo e Executivo.

Em conclusão, ambos estabelecem a obrigatoriedade da elaboração do PPA, LDO e LOA como elementos do processo orçamentário. Enfatizam a notoriedade do equilíbrio fiscal, incluindo a necessidade de cumprimento de metas fiscais e limites para despesas. Tem por relevância, a LRF detalhar as regras e limites fiscais de forma mais específica, enquanto o Artigo 165 da Constituição estabelece princípios gerais e a estrutura básica do processo orçamentário. Sendo assim, tem por objetivo garantir a responsabilidade fiscal e o equilíbrio nas finanças públicas.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizada, de modo a atender a todos os Entes da Federação (Estados e Municípios) e aos demais usuários da informação contábil, permitindo a geração de base de dados consistente para compilação de estatísticas e finanças públicas. Sendo o plano de contas a estrutura básica da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que permite obter as informações necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis conforme as características gerais da entidade, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis. (VALADARES; LEMOS, 2021, p.285)

Com isso, podemos concluir que o PCASP é uma ferramenta para consolidação das contas públicas nacionais onde possui estrutura básica com escrituração; relação padronizada de contas contábeis que permite o registro contábil e por fim ajuda na elaboração de relatórios gerenciais e das demonstrações contábeis.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 11, item 21, é pautado quais demonstrações constituem o conjunto completo de demonstrações contábeis e clarifica que tais demonstrações podem ter outras nomenclaturas definidas conforme normas específicas ou de acordo com a legislação aplicável, desde que fundamentam as informações conforme seus instrumentos e das demais NBC TSP. É a circunstância, como, da

Demonstração do Resultado e da Demonstração de Informações Orçamentárias, as quais, em derivação da legislação brasileira são cognominadas Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Orçamentário, respectivamente. Vale ressaltar, que a NBC TSP não prevê o Balanço Financeiro, porém sua elaboração e publicação são obrigatórias por força do art. 101 da Lei nº 4.320/1964.

Sendo assim, baseado na NBC TSP 11, compõem o conjunto de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP):

1. Balanço Patrimonial (demonstra os ativos, passivos e o saldo patrimonial);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (demonstra as alterações verificadas no patrimônio);
3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (demonstra a evolução do patrimônio líquido);
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa (demonstra as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes); e
5. Balanço Orçamentário (demonstra o comparativo dos valores orçados com os valores realizados);
6. Balanço Financeiro (demonstra os ingressos e dispêndios financeiros);
7. Notas explicativas (informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP).
8. Informação comparativa com o período anterior.

Em conclusão, este plano de contas no setor privado pode variar de uma empresa para outra de acordo com as necessidades da empresa e cada empresa pode criar seu próprio plano de contas obedecendo os padrões, a lei 404 e as convenções contábeis, tem por finalidade maximizar o lucro da empresa. Em controversa, no setor público só existe um plano de contas para todas as empresas públicas, sendo mais complexa para atender a necessidade da governança pública, com objetivo de garantir uma boa gestão pública.

A natureza das transações no setor público lida com receitas, despesas e obrigações relacionadas à prestação de serviços públicos, arrecadação de impostos e gestão de recursos públicos. As contas refletem as atividades governamentais e os interesses públicos. São classificadas assim: contas com informação de natureza patrimonial, natureza orçamentária e natureza típica de controle. Porém, no setor privado as transações se concentram em receitas, despesas, investimentos, dívidas e patrimônio relacionados à operação comercial e à busca de lucro. As contas refletem os interesses dos acionistas e proprietários da empresa.

No setor público a fonte de recursos provém por meio de impostos e outras receitas públicas. Já no setor privado os recursos vêm por meio das vendas realizadas, empréstimos bancários e investimentos. A prestação de contas no setor público é dirigida ao público: aos cidadãos e órgãos de controle. Todavia no setor privado a prestação de contas é essencialmente para os acionistas, investidores e órgãos reguladores do mercado financeiro.

O orçamento é um planejamento no qual ajuda a estimar despesas, ganhos e oportunidades de investimento em um determinado período. Ele é importante pois faz uma projeção financeira do negócio, por isso temos o orçamento público o qual é o instrumento de planejamento do governo o qual estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Deste modo, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados podem sofrer alterações ano a ano, no tempo em que as despesas são fixadas para assegurar que o governo não gaste mais do que arrecada.

O orçamento público apresenta as seguintes situações:

- Superávit: é quando arrecada mais do que gastou;
- Neutro: é quando gasta somente o que recebeu;
- Déficit: é quando se gasta a mais do que arrecadou.

Na contabilidade temos o orçamento empresarial (setor privado) o qual tem por objetivo a obtenção de lucros mediante um excesso das receitas sobre as despesas. Já o orçamento público não visa lucros, é elaborado pensando na satisfação de demandas coletivas por meio de receitas para cobri-las ou não (caso de déficit).

Na esfera do governo municipal do executivo no estado de São Paulo do município de Divinolândia foi realizada a busca no Portal da transparência Municipal de receitas e despesas no mês de Maio e Junho referentes ao agronegócio. Com essa busca de informações no mês de maio tivemos uma receita sobre Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural no valor de R\$14,54 ao mesmo tempo em que tivemos uma despesa corrente referente a transporte rural e agricultura totalizando R\$388.374,28. Já em Junho tivemos aumento tanto nas receitas quanto nas despesas, a receita sobre Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural cresceu 871,11% a mais que no mês anterior no valor de R\$126,66 e a despesa corrente referente a transporte rural e agricultura teve um aumento de 279,74% sobre o mês anterior no valor de R\$1.086.456,78. (Ver Tabela 3)

Tabela 3 - Receitas e Despesas em Divinolândia/SP no mês de Maio e Junho

	MAIO	JUNHO	CRESCIMENTO (%)
RECEITA	R\$ 14,54	R\$ 126,66	871,11%
DESPESA	R\$ 388.374,28	R\$ 1.086.456,78	279,74%

Fonte: TCE.SP - Portal da transparência Municipal

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

A arte de influenciar pessoas conjectura-se em lidar com as emoções de outras pessoas. Influenciar pessoas pleiteia, antes de tudo: responsabilidade, ética, respeito ao próximo. A liderança é uma atribuição que pode ser desenvolvida e compartilhada com a propriedade de engajar determinado grupo de pessoas na busca de um só objetivo.

Bons líderes conhecem o caminho porque já fizeram as trajetórias antes, fazem o que podem para tornar a trajetória agradável para todos, e quando não conhecem a trajetória, têm a habilidade de construí-la em equipe. Sendo assim, o papel da liderança é engajar outras pessoas para que, juntas, possam alcançar objetivos comuns.

Aprender a liderar também pressupõe o seu desenvolvimento. A liderança é uma vocação que se pode desenvolver, especialmente, a coragem para praticar a liderança. O aperfeiçoamento vem com a prática. E praticar envolve acertar, errar e aprender com os erros. Concluindo, o mais valioso: a liderança sempre começa com você mesmo.

A importância de saber se posicionar sobre qualquer situação, seja qual for a circunstância. Sendo necessário saber se escolher, saber o que lhe faz bem, o que lhe torna mais feliz, fazer o que deseja.

Podendo-se ser sua melhor versão profissional tanto quanto pessoal, tendo em vista que terá que saber analisar seus pontos positivos e negativos, para poder chegar onde almeja. Não podendo se deixar seguir pelo pensamento dos outros, sabendo se impor para tomar suas próprias decisões e sabendo se colocar onde merece estar. O importante é, se escolher primeiro, para depois escolher o próximo.

Para a liderar outras pessoas é necessário ter como característica principal a confiança em si e nas outras pessoas, além de bom senso, ética, respeito, inteligência emocional e inteligência nos relacionamentos.

Além do mais, uma ótima maneira de liderar e influenciar outras pessoas é colocar em prática aquilo que se pede à sua equipe, ou seja, o próprio líder executa as tarefas da mesma maneira ou com os mesmos valores que solicita aos seus funcionários, assim, estes têm o exemplo diante deles de como devem prosseguir. Com isso, o líder não está apenas dando ordens e sim, ensinando e mostrando a seus funcionários a maneira como pensar, assim, desenvolvendo em sua equipe a autonomia, onde cada um tem a oportunidade de liberar o seu potencial.

Liderar não é uma tarefa fácil, envolve grande responsabilidade em saber conduzir as pessoas para uma mesma direção, fazer com que todas acreditem nesse caminho e atinjam as metas estabelecidas. É preciso estimular, dar oportunidade, confiar e se comunicar de maneira precisa e eficiente para que a mensagem seja bem recebida e compreendida por todos.

Antes de liderar é preciso conhecer o seu estilo de liderança, visto que ela pode ser mais diretiva ou participativa. Sendo assim, temos liderança situacional onde os estilos se caracterizam por autocrático, democrático e liberal e são utilizados no nosso cotidiano variando de acordo com a situação e com a pessoa envolvida, exigindo adaptabilidade de acordo com a maturidade da equipe. Dentro os estilos de liderança, temos:

Diretivo- indicado para equipes com baixa ou nenhuma experiência, o líder define como, quem e o que fazer, se caracterizando por uma situação de aprendizagem;

Diretivo e Participativo- equipes com média experiência mas que ainda não são autônomas, nessa situação o líder foca nas tarefas e estimula a equipe a se integrar, promovendo abertura para se alcançar a autonomia;

Participativo- a maturidade é de razoável para alta, o líder estimula todos a desenvolverem a autonomia e a se engajarem, faz com que a equipe vise mais que a compensação financeira e funciona com confiança e autonomia;

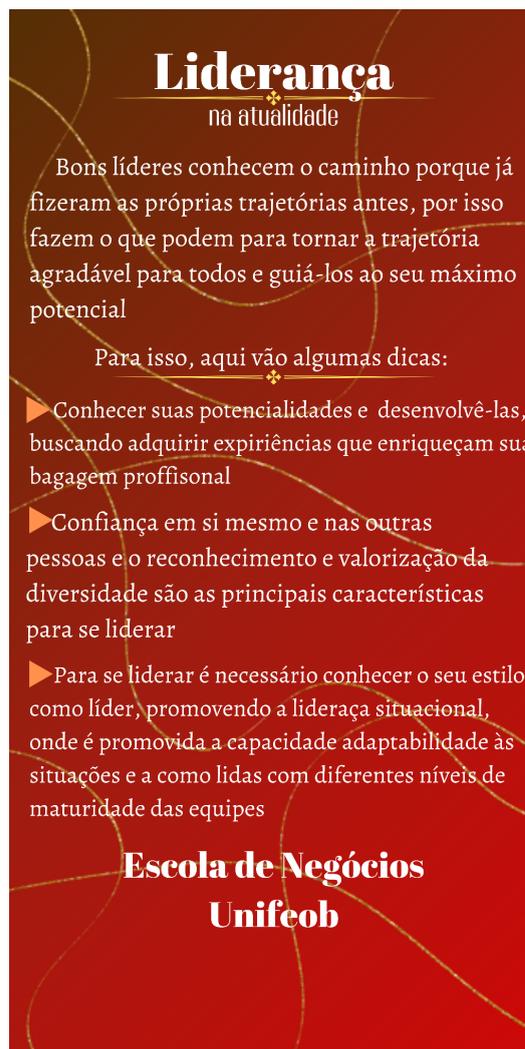
Liberal- a equipe possui alta maturidade, o líder estimula que a equipe tome a decisão, dando espaço para o surgimento de novos líderes, se caracterizando como uma situação de liberdade.

Desta forma, o líder deve observar as características de seus colaboradores desenvolvendo maneiras de comunicação que se adaptem aos liderados, de forma a garantir um desempenho satisfatório e promovendo a evolução de sua equipe.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Após a síntese de “Liderando na atualidade” foi elaborado um banner para melhor visualização e reflexão da liderança em seus diversos papéis para que possam identificar o tipo de líder que se encaixa em cada perfil. Tendo como objetivo ajudar as pessoas a alavancarem a confiança em si próprias, a qual irá contribuir para a construção de relacionamentos com bases mais sólidas e verdadeiras.

Figura 2: Banner Liderando na atualidade.



Liderança
na atualidade

Bons líderes conhecem o caminho porque já fizeram as próprias trajetórias antes, por isso fazem o que podem para tornar a trajetória agradável para todos e guiá-los ao seu máximo potencial

Para isso, aqui vão algumas dicas:

- ▶ Conhecer suas potencialidades e desenvolvê-las, buscando adquirir experiências que enriqueçam sua bagagem profissional
- ▶ Confiança em si mesmo e nas outras pessoas e o reconhecimento e valorização da diversidade são as principais características para se liderar
- ▶ Para se liderar é necessário conhecer o seu estilo como líder, promovendo a liderança situacional, onde é promovida a capacidade adaptabilidade às situações e a como lidar com diferentes níveis de maturidade das equipes

Escola de Negócios
Unifeob

Fonte: Autoria própria.

4 CONCLUSÃO

Ao final deste Projeto de Extensão podemos agregar muito conhecimento à nossa bagagem, realizando pesquisas bibliográficas, elaborando demonstrações e realizando análises, de forma que possibilitou a aplicação dos nossos conhecimentos teóricos na prática, ou seja, realizando essa abordagem com a empresa.

Com a Contabilidade Rural, pudemos compreender como a estruturação do agronegócio é realizada e como pode vir a ser complexa devido às suas particularidades, sendo regida pelo CPC 29 que regulamenta os ativos biológicos e os produtos agrícolas, também compreendemos como as linhas de crédito rural são cedidas e como é possível utilizar os mercados futuros ou de opções(dentre outros) para proteger os preços desses produtos que são elaborados a valor justo.

Utilizando a Gestão de Investimento e Risco, foi possível realizar as análises pertinentes a um projeto de investimento para empresa, observando os riscos inerentes à empresa e também ao investimento através da Matriz de Risco que apresenta a relação entre possibilidade e impacto, e também utilizar os indicadores para avaliar a probabilidade de que este investimento seja viável e benéfico.

Utilizando dos conhecimentos adquiridos com Tecnologia de Informação e BI, elaboramos um dashboard que permite uma análise muito mais dinâmica e eficiente, facilitando a observância das projeções e da análise de dados de forma a tornar as variáveis mais fáceis de serem compreendidas principalmente quando trabalhamos com grandes volumes de dados.

E por fim, compreendemos as particularidades da Contabilidade Pública em relação a sua estruturação, seus sistemas e subsistemas contábeis, as demonstrações utilizadas, as normas pertinentes a essa contabilidade, a elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual, dando visão sobre o funcionamento da contabilidade pública e suas diferenças do setor privado.

Com os citados acima e levando em consideração o trabalho desenvolvido com a empresa, concluímos e sugerimos que a empresa:

- estructure sua contabilidade: tendo em vista a importância de se ter dados contábeis confiáveis e oferecendo transparência ao mercado e aos envolvidos, e também para a elaboração de demonstrativos que retratem o cenário real da empresa, com finalidade de no futuro permitir o acesso às linhas de crédito rural;
- aprofundar o conhecimento em outros mercados: como foi identificado e citado, os investimentos em uma lavoura de produtos orgânicos no longo prazo pode ser interessantíssimo, visto que este é um mercado em expansão e do futuro, o mesmo irá oferecer uma grande oportunidade de crescimento por oferecer produtos sem agrotóxicos, ser sustentável e devido à crescente demanda desses produtos, levando também à redução dos custos pertinentes ao funcionamento do negócio.

Com a aplicação da abordagem sugerida acreditamos que o empresário obterá bons resultados com sua empresa, pois são pontos vitais para o funcionamento da mesma e garantem uma gestão de riscos eficiente, garantindo a perenidade do negócio e possibilitando o direcionamento estratégico personalizado às suas expectativas futuras.

REFERÊNCIAS

- Agustini, Carlos Alberto di. Gestão financeira nos micro e pequenos empreendimentos no contexto do agronegócio: Uma abordagem de desenvolvimento sustentável. 2009. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/viewFile/57/47>. Acesso em: 15 out. 2023.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Brasília, DF, ano 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 26 set. 2023.
- BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, ano 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101. Acesso em: 17 out. 2023
- Crescem operações do agronegócio no mercado financeiro; saiba como captar. Bloxs, 2023. Disponível em: <https://conteudos.bloxs.com.br/agronegocio-no-mercado-financeiro>. Acesso em: 23 out. 2023.
- FONSECA, Reinaldo Aparecida; et al. Contabilidade Rural no Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/17922219.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.
- GOV.BR. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Atualizado em 02/06/2021 13h48. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/banco-de-precos>. Acesso em: 26/09/2023.
- Investimento: o que é?. Modal Mais. Disponível em: <https://www.modalmais.com.br/blog/investimento-o-que-e/>. Acesso em: 07 nov. 2023.
- Lima, Fabiano G. Análise de Riscos. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2023.
- Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 2. ed. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/legislacao/tipolegisl/Volume04.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.
- Manual de gestão de riscos do TCU / Tribunal de Contas da União. – Brasília : TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), 2020, p.27. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/46/B3/C6/F4/97D647109EB62737F18818A8/Manual_gestao_riscos_TCU_2_edicao.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.
- MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Gestão à vista: implementação na área de saúde e segurança do trabalho**. Editora Saraiva, 2021. *E-book*. ISBN 9786558110262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- NBC - Norma Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, 2018, 6 p.. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.

Oliveira, Amanda. Riscos do escritório contábil e como lidar com eles. Templum, 2023. Disponível em: <https://certificacaoiso.com.br/contabilidade-a-quais-riscos-meu-escritorio>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Pontotel; Inteligência empresarial: conheça as características e as vantagens de aplicar na empresa!. Data de publicação: 30 de maio de 2023. Disponível em: www.pontotel.com.br/inteligencia-empresarial/. Acesso em: 17 nov. 2023.

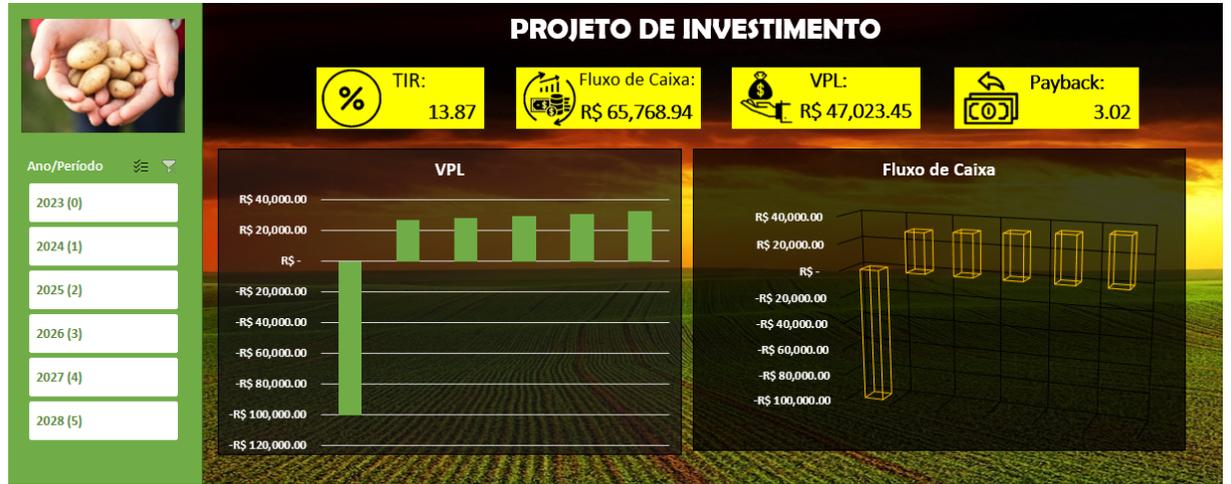
Risco sistemático e risco não sistemático: diferenças e como se proteger deles?. XPE Educação, 2022. Disponível em: <https://blog.xpeducacao.com.br/risco-sistematico>. Acesso em: 29 set. 2023.

SHARDA, Ramesh; DELEN, Dursun; TURBAN, Efraim. **Business intelligence e análise de dados para gestão do negócio**. Grupo A, 2019. 15 p.. E-book. ISBN 9788582605202. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605202/>. Acesso em: 18 nov. 2023.

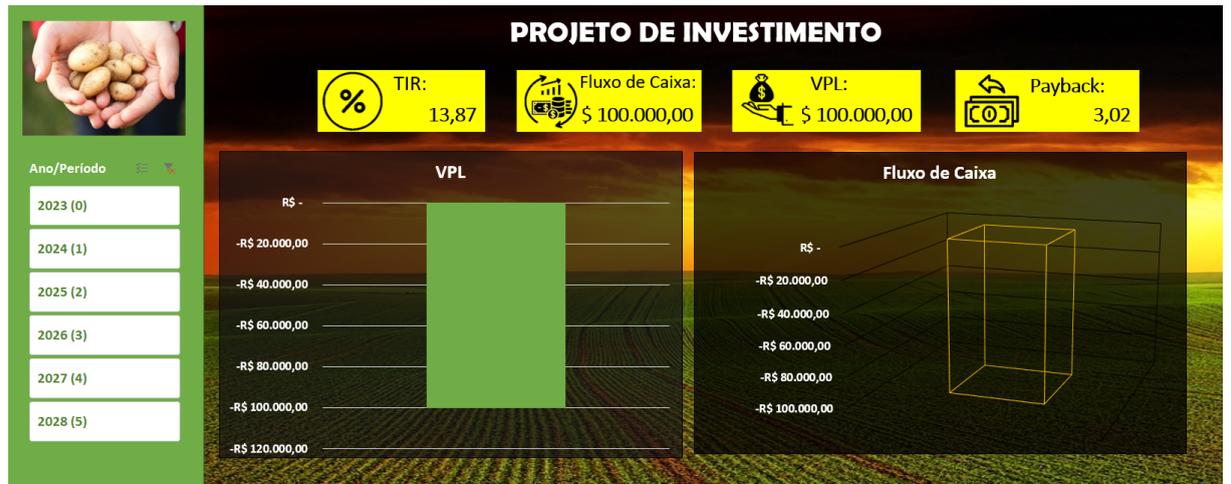
VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. **Contabilidade e orçamento governamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 24 out. 2023

ANEXOS

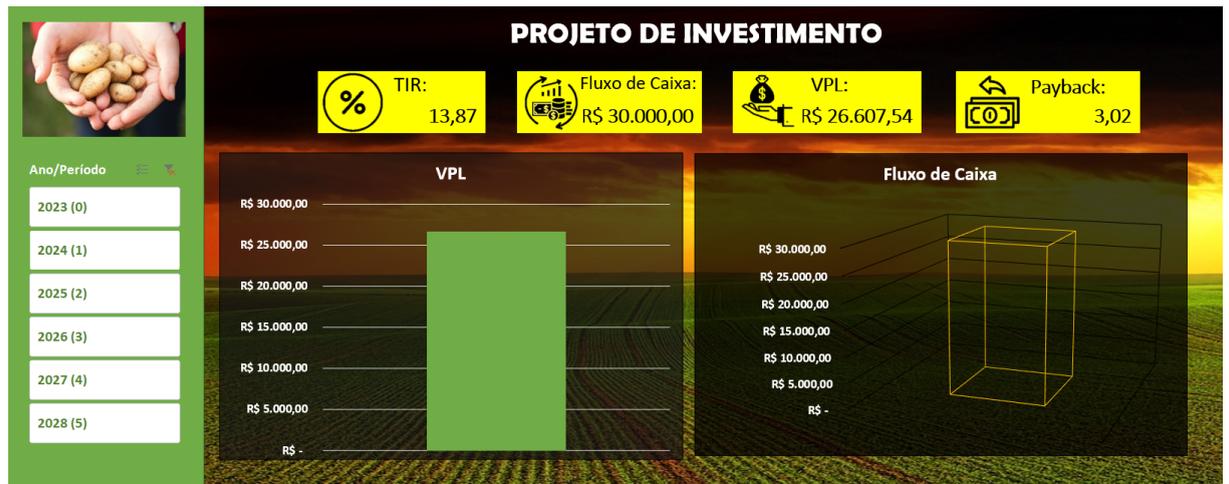
Dashboard realizado sobre o investimento proposto:



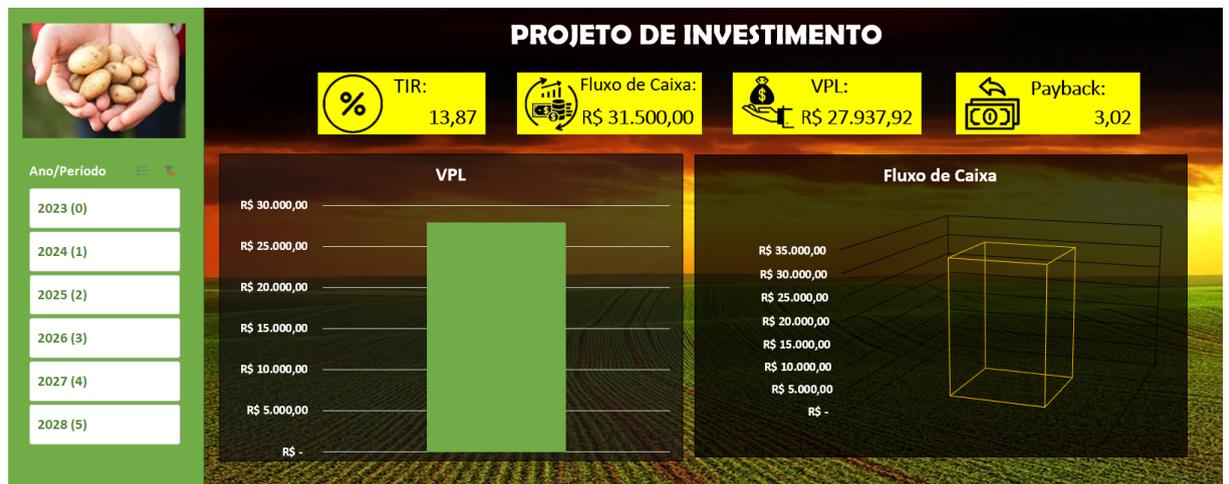
Ano 2023 (0):



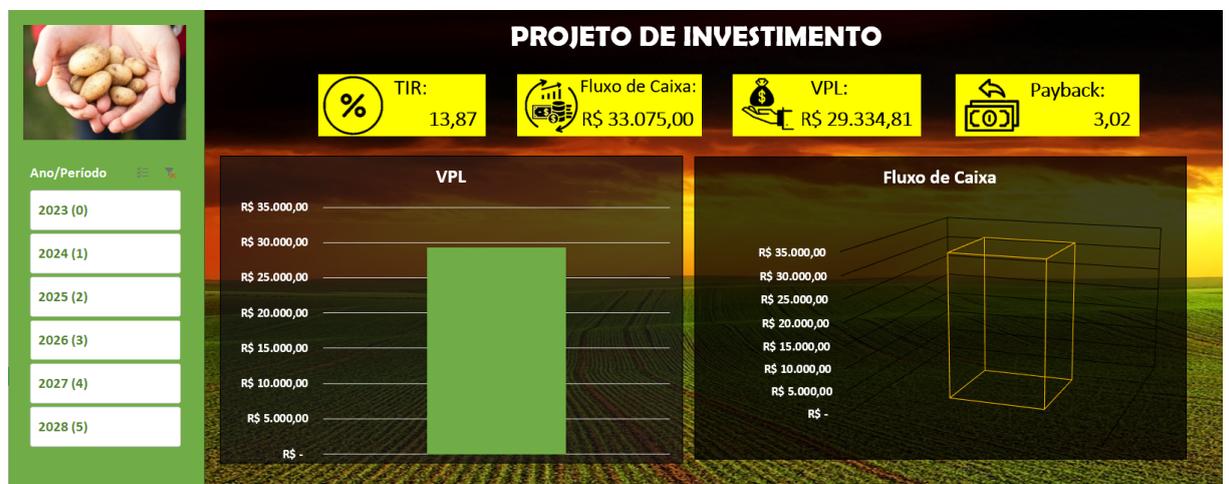
Ano 2024 (1):



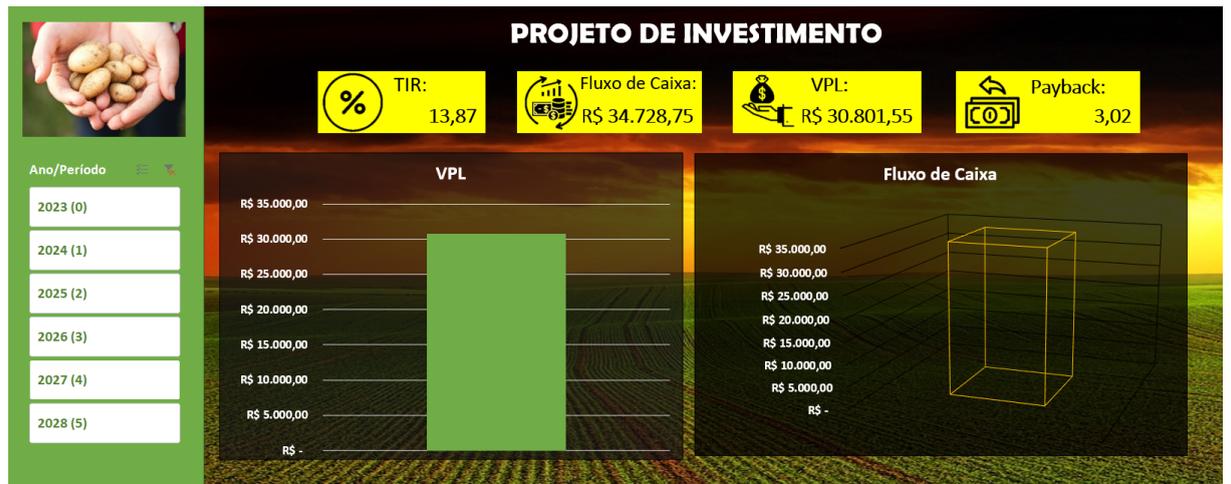
Ano 2025 (2):



Ano 2026 (3):



Ano 2027 (4):



Ano 2028 (5):

